



NUNO FERREIRA SANTOS

De “patinho feio” a Presidente, Seguro só teve de ser “ele próprio”

Os mais próximos apontam a capacidade de António José Seguro para “ler o país”, a moderação e a vontade do eleitorado em ter alguém diferente. Alberto Martins, antigo ministro socialista, lamenta as “reservas injustificáveis de sectores do PS”

Maria Lopes

Dir-se-ia que foi uma tempestade perfeita – não como a que, de um dia para o outro, virou do avesso as estratégias dos dois candidatos no arranque da segunda volta para estas presidenciais, mas daquelas que se formam devagar, consistentes e depois batem recordes de força. O caminho de António José Seguro no último ano, desde os 4,7% numa sondagem de Dezembro de 2024, até aos 31,12% na primeira volta de 18 de Janeiro, e depois a uma votação de 66,82% e uns expressivos (e recordistas, acrescente-se) 3.483.470 votos representa o filme do *underdog* que virou Presidente da República.

Como é que o “patinho feio” enjeitado pelo PS chegou ao mais alto cargo da nação? Houve estratégia, erros dos adversários, uma dinâmica de campanha que o beneficiou e que soube aproveitar e, sobretudo, “muito dele próprio”, apontam alguns dos mais próximos. E sondagens que foram registando o crescimento e chamando mais votos.

ID: 121491231

10-02-2026

Seguro começou por pedir uma vitória de “50% mais um”, mas logo a seguir passou para o apelo de uma “legitimidade reforçada”, sem, no entanto, nunca falar de um valor objectivo. No arranque da primeira volta chegou a falar em 2,5 milhões de votos, que foi o que Marcelo Rebelo de Sousa teve na sua reeleição (60,7%), embora depois insistisse que seria meramente “indicativo”. Ora, se já em Janeiro Seguro igualou o total socialista nas autárquicas, agora pulverizou as estatísticas, superando mesmo Mário Soares, o pai do partido.

É curioso olhar para uma fotografia de Seguro, refastelado na sala onde reuniu o seu *staff* e dirigentes do PS no rés-do-chão do Centro Cultural de Caldas da Rainha no domingo à noite: os braços abertos, apoiados no sofá, as pernas cruzadas, sorrindo. Faz lembrar a escultura evocativa de Mário Soares da autoria de Leonel Moura que se encontra no jardim da sede do PS, no Largo do Rato.

Mas é de outro socialista que o antigo ministro Alberto Martins se lembra, que compara ao “acto cívico de coragem” da candidatura de Seguro. “Se há algum Presidente cuja referência eu possa identificar, que possa estar próximo, é o Jorge Sampaio, pela sua racionalidade, pelo seu conhecimento dos problemas dos portugueses, pela sua firmeza de carácter e pela sua formação política.”

“Árbitro à inglesa”

Os mais próximos garantem que não houve uma estratégia indicada por terceiros ou ditada profissionalmente por agências de comunicação. “É tudo ele. Aquilo é ele próprio. Ele é assim”, dizem quase em uníssono Martins e os dirigentes socialistas Álvaro Bezeza e António Galamba. Sempre “ele”. O próprio a fazer jus à natureza unipessoal da candidatura e do cargo. Mas também teve peso o carácter, destacam os três: é um homem “íntegro, verdadeiro, sério, com visão política, equilibrado, com rasgo político, com uma grande compreensão das funções presidenciais, com a ‘ficha’ limpa, com uma vida fora da política normal”. O tal “um de nós, um de vós”, que Seguro tantas vezes repetiu.

“A estratégia foi simples e sempre a mesma: uma candidatura individual, não renegando que o seu partido é o PS [sem se lhe ouvir a palavra ‘socialismo’ ou a expressão ‘social-democracia’], mas pela positiva, elevando o nível. Um pouco à moda antiga, mais institucional, contra a política *entertainer*, do espectáculo”, descreve Álvaro Bezeza, que diz que Seguro “encaixa no perfil certo do momento actual”. E recorre ao desporto: “O Presidente é o quarto poder, o poder moderador, o árbitro à inglesa, que deixa jogar mas que quando apita é respeitado e ninguém

anda a discutir o resultado à segunda-feira.”

E para exercer esse poder só mesmo um intrínseco moderado – o conceito que Seguro mais vezes terá usado em campanha, fosse para falar da atitude do Presidente para poder construir pontes ou das palavras contra o “discurso da lama” ou ainda para evitar críticas a Marcelo ou à governação. Mas também a olhar para o facto de ser ao centro, nos eleitores moderados, que na disputa entre esquerda e direita se ganham eleições. O discurso e a atitude de não transformar a destruição causada pela tempestade em palco de campanha ajudaram a essa imagem moderada, responsável, de estadista.

Bezeza antevê em Seguro “um Presidente mais institucional mas com a parte dos afectos”, ainda que esse cognome pertença a Marcelo e o Presidente eleito tenha avisado, no domingo, que criará o seu estilo. Será mais discreto, mais exigente, mais profundo nos dossiers. “É bom que o primeiro-ministro vá preparado às quintas-feiras...”

Quando avançou, contra tudo e contra todos, “foi arriscado” e Bezeza volta a recordar Soares. Até mesmo contra muitos no PS. António Galamba lamenta a “desvalorização” de quem não levou a candidatura a sério. “Talvez não tenham tanto peso dentro do partido como pensamos, apesar de terem sido titulares de grandes cargos”, aponta o socialista, lamentando a “grande amplificação mediática” e que haja um “desfasamento grande entre a percepção e a realidade”.

Alberto Martins concorda que “houve um grande erro político do PS de não o ter apoiado no tempo certo, que era o inicial. Corrigiu a tempo, mas ele merecia-o mais cedo”. Lamenta as “reservas injustificáveis de sectores do PS”, e, sem querer conjecturar se Seguro transcendeu o território eleitoral do partido precisamente porque não o teve logo consigo, considera que saiu reforçado “por ele ser intrinsecamente e identitariamente suprapartidário”.

“Hoje há uma maioria sociológica à direita; só poderia ganhar as presidenciais alguém da esquerda de que a direita gostasse”, aponta Bezeza. “A direita gostava de Soares porque foi o homem da Alameda, que impediu o homem da deriva mais esquerdista. E Seguro teve essa atitude na *troika*, e pôs o interesse do país à frente do do partido, que é a frase de Sá Carneiro”, recorda.

Para além de Seguro ter beneficiado da ausência de erros, beneficiou dos cometidos por outros, como a excessiva colagem de Marques Mendes ao Governo e a guerra em que entrou com Gouveia e Melo, ou a *gaffe* de Cotrim Figueiredo ao não afastar votar em Ventura na segunda volta.

Marcelo fez visita guiada ao palácio

Foi como se não estivesse mais ninguém na Sala das Bicas. Depois de três horas e meia com Marcelo Rebelo de Sousa, António José Seguro desceu a escada e desapareceu pela porta para a chuva, sem dizer mais nada do que “obrigado, boa noite”. Nem um sorriso, nem um aceno de cabeça.

A reunião terá corrido muito bem, segundo fonte de Belém, e para a demora contribuiu a visita guiada que Marcelo Rebelo de Sousa fez a António José Seguro por todo o palácio, além da conversa sobre os dossiers com que o próximo chefe de Estado terá de lidar logo nos primeiros tempos em Belém.

Numa nota publicada no site da Presidência, Marcelo fez saber que o encontro decorreu num “ambiente muito cordial” q que “foram abordados assuntos de política nacional e internacional, que vão requerer a atenção prioritária do novo Presidente, bem como outros assuntos relativos à transição dos mandatos”.

Marcelo acompanhara Seguro até praticamente ao mesmo ponto da Sala das Bicas onde o recebera pelas 15h55. Apertaram a mão (com o Presidente eleito de costas para as câmaras de televisão) e Seguro, limitou-se a levantar a mão direita dizendo “obrigado, boa noite”, na direcção do magote de jornalistas, mantendo a cabeça ligeiramente baixa, e não respondeu a qualquer pergunta, seguindo, sem parar, escada abaixo.

O primeiro encontro entre ambos destinou-se a acertar pormenores sobre as próximas semanas de convivência, em que haverá passagem de pastas e ao longo das quais Seguro terá um gabinete de trabalho no Palácio Nacional de Queluz, como aconteceu com Marcelo há dez anos. A reunião para acertar a “transição institucional” foi anunciada por Marcelo na noite de domingo, no site da Presidência da República, divulgando também que tinha telefonado a Seguro para o felicitar pela sua vitória nas eleições, e desejar “as maiores felicidades e êxitos para o mandato que os portugueses lhe atribuíram”. **M.L.**

As primeiras medidas do novo Presidente

Pacto na saúde, ouvir procurador-geral e conselheiros sobre Defesa

Ana Bacelar Begonha

António José Seguro, que foi eleito neste domingo Presidente da República, só tomará posse a 9 de Março. Mas já tem medidas planeadas para os primeiros tempos do mandato, como foi revelando durante a campanha. A partir do Palácio de Belém, o novo chefe de Estado pretende implementar um pacto para a saúde, realizar um Conselho de Estado sobre defesa e segurança, tornar a sua actividade “transparente” e reunir-se com o procurador-geral da República.

Pacto para a saúde

A grande proposta de António José Seguro passa por promover um “pacto para a saúde” entre o Governo e os partidos, ou seja, medidas de convergência imediatas e de longo prazo entre as várias forças políticas que não fiquem dependentes dos ciclos políticos, de maneira a resolver as dificuldades do Serviço Nacional de Saúde, como os atrasos nas consultas e nas cirurgias.

O agora eleito Presidente centrou a sua campanha nesta ideia desde a apresentação da candidatura, defendendo que é preciso uma “saúde a tempo e horas”. Chegado a Belém, promete realizar uma reunião com o primeiro-ministro, encontros individuais com cada líder partidário e ouvir os responsáveis pelo sector da saúde: representantes dos médicos, dos enfermeiros, dos auxiliares e dos utentes ou organizações hospitalares.

Conselho de Estado sobre Defesa

Seguro deixou também a promessa, no debate televisivo contra André Ventura, de dedicar o seu primeiro Conselho de Estado aos temas da defesa e segurança, já em Março. “Temos de reforçar a nossa segurança e defesa porque o mundo tornou-se perigoso”, defendeu, sublinhando que é preciso “voltar a colocar no relacionamento entre os povos o direito internacional” e “reforçar a autonomia estratégica” de Portugal e da Europa.

Já em entrevista à RTP, Seguro detalhou que o objectivo da primeira reunião entre os conselheiros de Estado é também discutir como “combater a criminalidade”.



António José Seguro, ontem, à chegada ao Palácio de Belém

“Iniciativas de transparência”

Ainda antes de ser eleito, o novo Presidente da República garantiu que tomará “iniciativas de transparência” para que as suas “audiências e toda a actividade que é pública sejam escrutinadas pelos jornalistas e pelos portugueses”. Também as nomeações que fizer, “a começar na Casa Civil” da Presidência da República, serão publicitadas.

Nesta matéria, Seguro mostrou-se também a favor da regulamentação do *lobbying*, tendo apelado a que, “muito rapidamente, o Parlamento crie as condições para que todos os lobbyistas se possam inscrever e para que haja transparência nas relações entre quem defende legitimamente interesses e quem defende o interesse público”.

Chamar o procurador-geral a Belém

Uma “das primeiras iniciativas” que o antigo secretário-geral do PS pretende tomar é “ter uma reunião de trabalho” com o procurador-geral da República, Amadeu Guerra, no Palácio de Belém, para fazer uma “avaliação” sobre o estado da justiça.

“Naturalmente, conversarei com o procurador sem dramatismo. A minha preocupação é ser informado daquilo que é da minha competência (...) e focar-me em encontrar, não em processos concretos, mas em termos globais, que a justiça faça o seu trabalho”, esclareceu, em entrevista à Renascença.

ID: 121491231

10-02-2026

“Não é de facção”

Previsibilidade, afinidade, sem “fazer fretes”: Governo está optimista sobre relação com Belém

Atitude de Seguro é vista como um ganho para relação com o Governo. “Afinidade sociocultural” entre primeiro-ministro e novo Presidente encarada como vantagem

Filipe Santa-Bárbara
e David Santiago

António José Seguro está a um mês de entrar em funções na Presidência da República, mas no Governo o quadro já está traçado — e é favorável. A previsibilidade de Seguro face a Marcelo Rebelo de Sousa é vista como um ganho para o executivo e alimenta a expectativa de uma relação institucional estável. A ideia de um Presidente que “não é de facção” e que não está para “fazer fretes a ninguém” é também realçada na cúpula governativa, mesmo quando isso possa representar uma maior exigência para com o executivo.

Ainda sem resultados fechados, já o primeiro-ministro ditava o tom. “Estou certo, daquilo que conheço de António José Seguro, que não será difícil estabelecermos uma relação de cooperação”, disse Luís Montenegro, ao felicitar o Presidente eleito. As palavras podiam ser apenas de circunstância, como é natural nestas ocasiões, mas esta é uma convicção de quatro fontes do núcleo duro do primeiro-ministro ouvidas pelo PÚBLICO.

Além da atitude “institucionalista” de Seguro, nos corredores do Governo acredita-se que o resultado destas presidenciais acabou por ser o melhor para todos, sobretudo para a existência de um “sistema estável” e de um “país liderado ao centro”. De resto, não é por o novo Presidente ser de uma família política diferente da do primeiro-ministro que isso é visto como um problema, até porque, ouve o PÚBLICO, há uma “grande vantagem” por ser “um desalinhado” do Partido Socialista.

E os sinais estão presentes desde os primeiros minutos: a ida do líder socialista, José Luís Carneiro, às Cal-

das da Rainha na noite eleitoral para logo ir embora, não tendo ficado para se fazer fotografar ao lado do novo Presidente, tampouco escutado o discurso, permite a interpretação, em São Bento, de que Seguro faz valer o perfil que anuncia: “Sou livre, vivo sem amarras.”

Face a Marcelo Rebelo de Sousa, que é visto como “uma personalidade idiossincrática”, a postura de Seguro tende a favorecer o Governo. Até pode ser “mais exigente numa primeira fase”, mas vai trazer normalidade e, sobretudo, menos surpresas na relação com o executivo. Governantes ouvidos pelo PÚBLICO demonstram a expectativa de que haja uma verdadeira capacidade de diálogo e de cooperação, até pelo perfil “moderado e independente” do novo chefe de Estado.

Química Belém-São Bento

Estávamos em Abril de 2024. Num jantar com correspondentes estrangeiros em Portugal, ficaram famosas as considerações de Marcelo sobre Montenegro, alguém que classificou como vindo “de um país profundo, urbano-rural, urbano com comportamentos rurais”. Mais tarde, o primeiro-ministro exibiu estas declarações como medalha, dizendo tratar-se do “maior elogio” que lhe podiam fazer.

A clivagem na relação e na mutualidade dos dois ficou patente. No executivo, há quem recupere essa ideia para notar que existe uma compreensão, e até “afinidade sociocultural” e geográfica entre Seguro e Montenegro, que não existia entre o primeiro-ministro e Marcelo. Ao PÚBLICO, uma fonte do Governo sublinha que Seguro e Montenegro não pertencem à “elite lisboeta” e que, também por isso, é possível que ambos se reconheçam um no outro, até pela im-



No Governo, a expectativa quanto à presidência de Seguro é positiva

legislatura, não será por mim que ela será interrompida”, afirmou, dizendo ainda que “temos três anos sem eleições, não há desculpas”. No círculo do primeiro-ministro, a leitura é a de que o Presidente eleito foi claro no “recado” aos partidos: eleições apenas em 2029. Sintonia, portanto, com os planos de Montenegro.

De resto, ao PÚBLICO, um governante lembra que há uma tradição de boa coabitação entre palácios no primeiro mandato presidencial, mas também aponta às palavras de Seguro que demonstram uma maior previsibilidade de actuação, o que pode facilitar um bom relacionamento. E isso é bem visto até ao nível das políticas: alguém que é previsível e, ao mesmo tempo, exigente, também melhora a qualidade da produção legislativa.

A abrir esse trabalho está o pacote laboral, que, como o próprio primeiro-ministro concedeu, será alvo de “evolução” na concertação social, para que as reservas do novo Presidente “possam ser ultrapassadas”. Noutras matérias, como o investimento em Defesa a subir para 5% do PIB, acredita-se no executivo que houve algum “idealismo” nas críticas

portância que dão às suas raízes.

O optimismo é tal que, para já, nem mesmo as críticas de Seguro, a abrir o seu discurso de vitória, são lidas como um ataque. Se o Presidente eleito começou por atirar ao facto de precisarmos de “um país preparado, não de um país surpreendido”, de sermos “melhores na organização do que no improviso”, o núcleo duro de Montenegro relativiza: “Está a fazer o trabalho dele.” Até porque, diz outra fonte próxima do primeiro-ministro, Seguro quis falar para o país eleitoral num momento delicado. “Ele sabe que nós sabemos que

ele sabe que estamos a fazer o possível e o impossível”, remata.

Estabilidade no topo

Ainda nos discursos, Luís Montenegro insistiu na crença de que a legislatura irá durar até ao fim. “Três anos e meio sem eleições nacionais”, disse e repetiu, com o recado para a oposição de que é “altura de todos poderem estar com o sentido de cumprir aquelas que foram as garantias que deram ao povo”. Ou seja, que assegurem a estabilidade política.

Também Seguro alinhou pela mesma bitola. “Quanto à duração da

ID: 121491231

10-02-2026

FOTOGRAFIAS: NUNO FERREIRA SANTOS



Reacções

Ao conferirem a Vossa Excelência uma vitória clara, os portugueses fizeram uma aposta segura na continuidade de políticas que garantem a estabilidade na relação de Portugal com o mundo

João Lourenço

Presidente da República de Angola

O compromisso de toda vida com a diáspora, o europeísmo, o atlantismo e a lusofonia, com os valores da paz, da Carta da ONU e do multilateralismo é a garantia da afirmação de Portugal no mundo

Paulo Rangel

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Gostaria de expressar a minha inteira disponibilidade para trabalhar com Vossa Excelência, assegurando que os nossos dois países continuem a cooperar para o progresso comum

Daniel Chapo

Presidente da República de Moçambique

Parabéns a António Seguro, Presidente eleito de Portugal, pela vitória expressiva nas urnas no domingo

Lula da Silva

Presidente do Brasil



Como vai Ventura usar resultado eleitoral

Chega capitaliza presidenciais, executivo resiste e PS pode moderar

Adriana Castro

O resultado de André Ventura na segunda volta das eleições presidenciais não deverá provocar instabilidade no Governo, mas reforça a capacidade de pressão do Chega, assente no argumento da liderança da direita. Os efeitos práticos deste resultado, que Ventura interpretou como uma vitória do partido por via do reforço eleitoral, deverão sentir-se, sobretudo, na negociação parlamentar, com o PS a poder assumir o papel de moderador.

Quando André Ventura discursou, na noite de domingo, já o fez no papel de líder da oposição e não como candidato presidencial derrotado. Na análise aos resultados, disse que o Chega “lidera a direita” e que o partido está “no caminho para governar este país”.

A leitura assenta na percentagem alcançada (33,18%) – superior à da AD nas legislativas de Maio de 2025 –, ainda que em número de votos o Chega tenha ficado abaixo da coligação PSD/CDS: obteve 1,7 milhões de votos e a AD recolheu mais de dois milhões.

Apesar da intenção de Ventura ser primeiro-ministro, o investigador e especialista em direitos radicais, Ricardo Marchi, entende que o líder do Chega “não vai radicalizar [mais] o discurso para tentar fazer cair o Governo, porque sabe que isso seria um trabalho bastante inútil e porque, na Presidência da República, agora temos uma pessoa que já disse que quer ser um elemento de estabilidade da legislatura toda”.

Essa tese é acompanhada pelo professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, André Azevedo Alves: “Há uma grande saturação de eleições. Avançar, no curto prazo, para uma nova crise, creio que terá um custo político significativo para quem for percepcionado como responsável.” Manuel Meirinho concorda que não se perspectiva que o Chega provoque uma queda do Governo, mas acredita que vai dificultar as negociações em “algumas matérias”.

“Nos braços do PS”

O professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e antigo deputado do PSD aponta que o Chega terá, agora, “uma capacidade acrescida de pressionar ou tentar pressionar o Governo”, e isso pode obrigar o executivo “a ter de fazer uma aproximação ao PS para

negociar medidas estruturantes”.

É nesse contexto que “o PS pode e deve assumir um papel de moderação e de maior intervenção”. “Se o PS não criar uma espécie de válvula de escape do sistema negocial, vai dar espaço de reforço deste argumentário” de Ventura, “da liderança” da direita, alerta Meirinho.

Para Azevedo Alves, “Ventura está à espera”, precisamente, “até pela acção de António José Seguro, de a AD ser empurrada para os braços do PS”. O “cenário ideal” para o líder do Chega seria ter a oportunidade de dizer, numa próxima eleições, o que disse nestas presidenciais: que “todo o sistema está contra ele e é a única alternativa real ao sistema”, refere. Mas “esta estratégia não pode ser demasiado óbvia”, o que significa que “tem de continuar a mostrar abertura para as causas que lhe são importantes, negociar com o Governo e obter ganhos de causa”.

Para Luís Montenegro, este resultado “não muda nada” na relação entre o Governo e o Chega, antecipa Marchi. O primeiro-ministro, que não apoiou nenhum candidato, “continua a navegar à vista”, negociando ora com o PS, ora com o Chega.

Meirinho não tem dúvidas de que

a campanha presidencial de Ventura “foi claramente orientada para uma espécie de segunda volta das legislativas de Maio de 2025”, face à dicotomia entre esquerda e direita. A intenção do Chega seria “calibrar a sua acção” para, “mais tarde, afirmar este argumento da liderança da direita” – um “argumento muito mais imaginético do que funcional”.

Mas o argumento da liderança da direita não encontra sustentação no eleitorado, destaca André Azevedo Alves, uma vez que “grande parte do eleitorado à direita do PS preferiu votar em António José Seguro, não votar ou votar branco ou nulo”. Os dados pré-eleitorais já apontavam para que cerca de dois terços dos eleitores de Cotrim Figueiredo, Gouveia e Melo e Marques Mendes tenderiam a votar em António José Seguro, sinalizando as dificuldades de Ventura em captar o centro-direita tradicional.

Agora, o líder do Chega vai concentrar-se em “conquistar cada vez mais eleitores centristas”, antevê Marchi. Deverá manter as suas bandeiras – a imigração, a corrupção e a segurança –, mas terá de as comunicar “de uma forma credível para os eleitores com um paladar mais apurado do que aquele clássico eleitor de protesto”. Ou seja, eleitores da Iniciativa Liberal (IL), do CDS e do PSD. Isto, numa altura em que Cotrim Figueiredo parece determinado em não deixar cair os 900 mil eleitores que votaram em si.

Marchi e Azevedo Alves concordam que, para Ventura, não será difícil conquistar esse eleitorado. “João Cotrim Figueiredo terá sido quem mais tirou eleitorado a André Ventura, de tal forma que parte desse eleitorado pode ter pendido para Ventura na segunda volta”, refere Azevedo Alves.



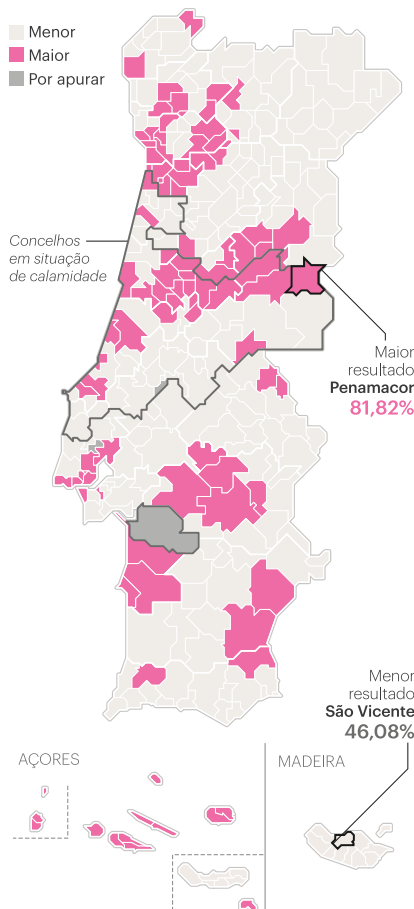
TIAGO PETINÇA/LUSA

Ventura quer ocupar o espaço do partido liderado por Montenegro

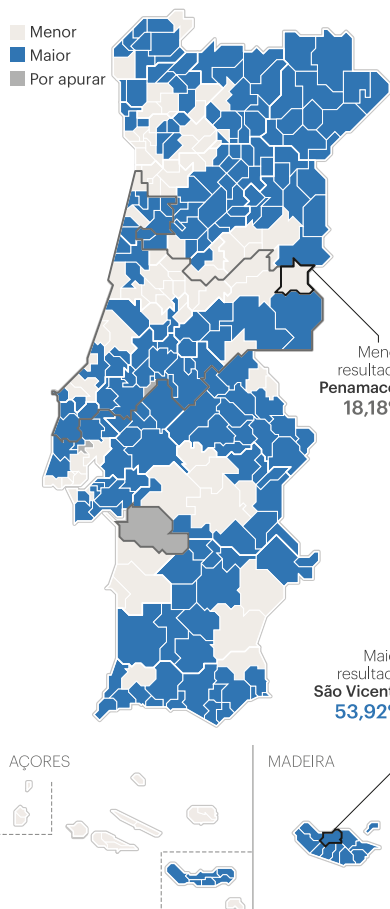
ID: 121491231

10-02-2026

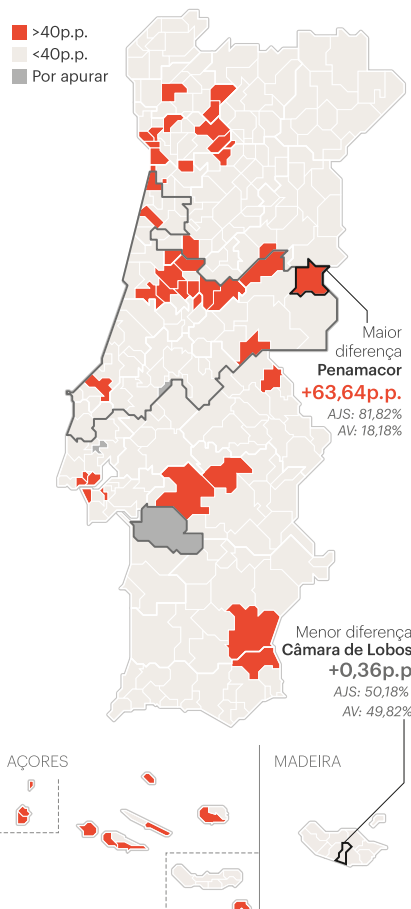
Quais os concelhos onde António José Seguro teve um resultado acima do resultado que obteve a nível nacional (66,82%)?



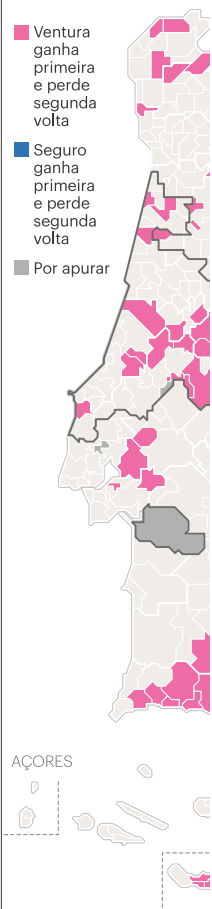
Quais os concelhos onde André Ventura teve um resultado superior ao que conseguiu obter a nível nacional (33,18%)?



Concelhos onde a diferença entre os dois candidatos foi maior que 40p.p.



Quais os concelhos onde o candidato venceu na 1ª volta e agora perdeu?



Fonte: Ministério da Administração Interna

Os mapas da segunda volta

Dos concelhos ganhos por Seguro à abstenção nas regiões em calamidade

A participação desceu, mas não foi maior nas regiões afectadas pelo mau tempo do que no resto do país. Seguro teve votações acima do *score* nacional em 100 concelhos

Ana Bacelar Begonha

António José Seguro venceu a segunda volta das eleições presidenciais em quase todos os concelhos do país, com uma votação particularmente expressiva na terra onde nasceu: Penamacor. Já André Ventura viu todos os municípios que lhe deram a vitória na primeira volta, excepto dois, optarem pelo voto no socialista, que teve uma maioria de concelhos em Coimbra e nos Açores a dar-lhe resultados acima do sufrágio nacional.

Embora a abstenção tenha subido no país, a participação eleitoral não foi mais baixa na maioria das regiões em situação de calamidade em comparação com o resto do país. Ainda assim, alguns desses concelhos registaram um número de votos em branco acima da percentagem nacional, nomeadamente no distrito de Leiria. O recorde vai para os Açores.

Seguro ultrapassa os 80% em Penamacor

António José Seguro conseguiu um resultado melhor do que o obtido a nível nacional (66,82%) em 100 concelhos, distribuídos um pouco por todos os distritos e regiões autónomas. A maioria situa-se em Coimbra e nos Açores, que registam ambos 13 concelhos com votações no candidato apoiado pelo PS superiores à do país. Exceptuam-se apenas Bragança, Santarém e Madeira.

O município onde o Presidente eleito teve a esmagadora maioria dos votos foi Penamacor, em Castelo Branco, de onde é natural: 81,82%. Em Coimbra, aproximou-se, com 79,21% dos votos. E aquele onde teve a menor votação foi São Vicente, na Madeira. Ainda assim, ultrapassou os 40%, tendo obtido 46,08% dos votos.

Ventura é mais forte na Madeira

Por sua vez, André Ventura teve um

resultado superior ao nacional (33,18%) em mais concelhos do que António José Seguro: 205. Contudo, só conseguiu ultrapassar a percentagem nacional em todos os concelhos em três distritos ou regiões autónomas: aqueles onde o antigo secretário-geral do PS não registou um único resultado acima do nacional. A única excepção em Santarém é o concelho da Golegã, que adiou a votação para 15 de Fevereiro devido ao mau tempo.

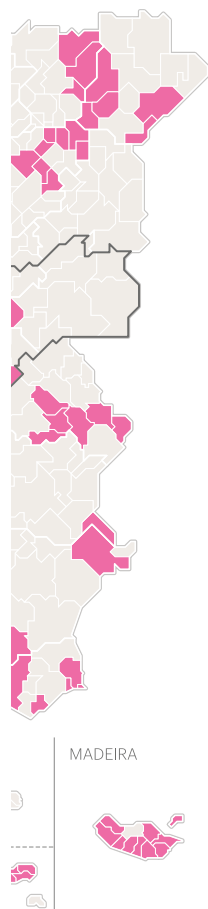
Também inversamente a Seguro, foi em São Vicente, na Madeira, que o candidato apoiado pelo Chega teve a maior votação (53,92%), seguido de Elvas, em Portalegre (50,85%). E em Penamacor registou a percentagem mais residual de votos: apenas 18,18%.

Distância é maior nos Açores e em Coimbra

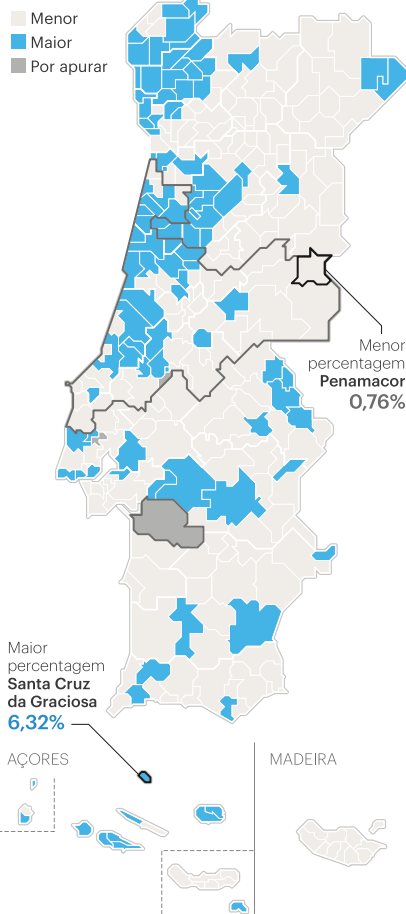
Não foi apenas em Penamacor que a distância entre os dois candidatos ficou acima de 40 pontos percentuais.

ID: 121491231

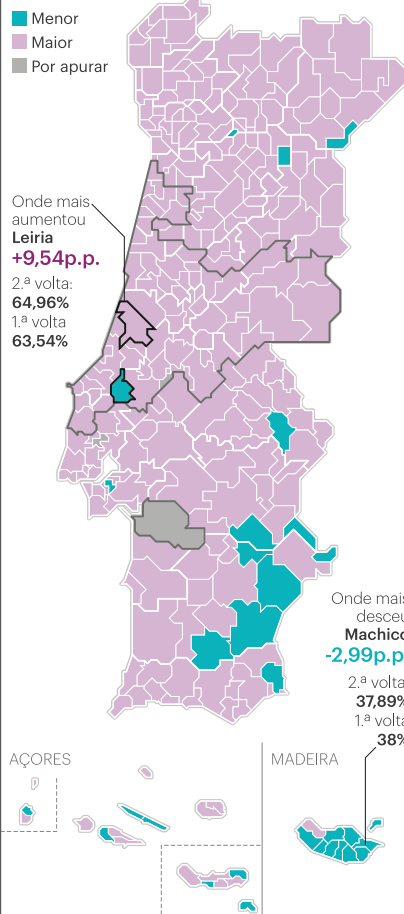
10-02-2026

de cada
primeira

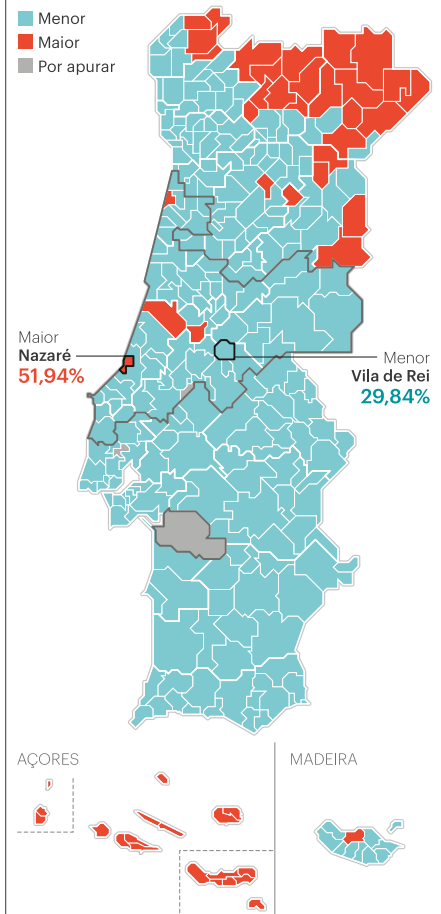
Quais os concelhos onde a percentagem de votos em branco foi superior à que se registou a nível nacional (3,20%)?



Quais os concelhos onde a abstenção foi maior ou menor que na primeira volta?



Como foi a abstenção nos 68 concelhos em que foi declarada a situação de calamidade face ao valor nacional (49,89%)?



tuais, mas nesse concelho a diferença foi mais acentuada (63,64%). E Coimbra ficou perto (58,42%).

Ao todo, são 53 os municípios onde Seguro e Ventura estão afastados por 40 pontos percentuais ou mais, a maioria nos Açores e em Coimbra, que somam dez e oito municípios nessas condições, respectivamente.

No Porto, há sete concelhos em que Seguro teve uma votação superior à de Ventura por 40 pontos percentuais; em Aveiro são seis; em Braga, Castelo Branco e Lisboa registam-se três; e em Viseu, Setúbal, Leiria e Évora contam-se dois. Já em Vila Real, na Guarda, em Portalegre, em Beja e em Faro apenas um município mostra uma diferença de 40% dos votos. Na Madeira e em Santarém não há nenhum.

Ventura só vence em dois municípios

Não há um único concelho no país onde António José Seguro tenha

perdido na segunda volta depois de ter ganhado na primeira. Contudo, há 77 concelhos onde os eleitores mudaram de ideias e, depois de terem dado a vitória a Ventura ou a Luís Marques Mendes a 18 de Janeiro, optaram por Seguro neste domingo. Ventura só mantém a vitória em dois: os já mencionados municípios de São Vicente, na Madeira, e o de Elvas, em Portalegre.

É o caso até de distritos e concelhos onde o líder do Chega foi mais forte na primeira volta, como a Madeira – onde todos os municípios, com a excepção de São Vicente, alteraram o sentido de voto na segunda volta – ou de Moura, em Beja (onde Ventura era deputado municipal).

Participação desce na maioria dos concelhos

A abstenção na segunda volta das presidenciais foi maior do que na primeira volta na maioria dos con-

celhos do país: a 18 de Janeiro, a abstenção foi de 47,74% e, neste domingo, cresceu para 49,89% (um aumento de 2,15 pontos percentuais), havendo 51 concelhos acima do valor nacional.

Mas há algumas excepções: um concelho em Vila Real (Mesão Frio), Bragança (Freixo de Espada à Cinta), Viseu (Penedono), Santarém (Rio Maior), Portalegre (Monforte), Setúbal (Moita) e Faro (Castro Marim); dois concelhos em Évora (Portel e Mourão); cinco em Beja (Vidigueira, Serpa, Barrancos, Mértola e Almodôvar); e sete nos Açores (Santa Cruz das Flores, Velas, Calheta, Madalena, Lagoa, Nordeste e Vila do Porto).

Na Madeira, quase todos os onze concelhos aumentaram a participação eleitoral, excepto Porto Moniz, o que significa que esta região autónoma foi a que se mobilizou mais para votar na segunda volta, em número de concelhos. Ainda assim, a participação eleitoral mais alta deu-se em Vila de Rei, em Castelo

Branco, que registou uma abstenção de 29,84%; e a participação mais baixa foi em Melgaço, em Viana do Castelo (abstenção de 64,96%).

Abstenção não é maior nos sítios em calamidade

Apesar das tempestades que afectaram a região centro do país antes e durante as eleições, a abstenção não foi superior àquela registada no país na maioria dos concelhos onde o Governo declarou o estado de calamidade.

Pelo contrário, nos distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Leiria, Lisboa e Setúbal, onde existem concelhos em situação de calamidade até dia 15 de Fevereiro, apenas quatro registam uma participação eleitoral menor: Murtosa, Pombal, Alvaiázere e Nazaré.

A maioria dos concelhos onde a abstenção foi mais elevada do que à escala nacional encontra-se a norte, particularmente em Vila Real e

em Bragança – o Sul não tem um único concelho onde a ida às urnas tenha sido mais baixa do que ao nível nacional –, e nos Açores.

Mais votos em branco nos Açores

Há 104 concelhos onde o número de votos em branco ultrapassou a percentagem registada a nível nacional (3,2%). É também nos Açores que se encontram os concelhos com mais eleitores a votarem em branco, com destaque para Santa Cruz da Graciosa, onde a percentagem ascendeu a 6,32%.

Os votos brancos superaram também a média nacional em vários concelhos na região centro que foram afectados pelo mau tempo, a começar pela Batalha e por Pombal, em Leiria, onde se registaram 5,02% e 4,88%, respectivamente.

Por outro lado, no concelho de Penamacor, em Castelo Branco, houve apenas 0,76% de votos brancos.

PÚBLICO



Apenas 4,74% dos portugueses inscritos para votar no círculo da emigração o fizeram

Presidenciais

Ventura ganhou na emigração “menos qualificada”, Seguro nos novos destinos

Patrícia Carvalho

Perfil histórico, qualificações e presença da extrema-direita ajudam a explicar vitória do Chega entre os emigrantes

Fosse apenas a votação dos emigrantes a contar e o futuro chefe de Estado seria o líder do Chega, André Ventura, que conseguiu 51,88% da preferência dos emigrantes, graças a mais 3057 votos do que os arrecadados por António José Seguro, de acordo com os resultados de ontem, quando ainda faltava contabilizar sete dos 107 consulados. E, mesmo considerando que apenas 4,74% dos emigrantes inscritos foram votar, o que torna difícil antever como seriam os resultados numa votação mais alargada, o geógrafo Jorge Malheiros, da Universidade de Lisboa, admite que o mais provável é que uma afluência mais expressiva dos emigrantes às urnas não levaria a resultados muito diferentes. “Há alguma

correspondência de voto, do ponto de vista do perfil que conhecemos dos nossos emigrantes nos grandes países de destino”, justifica.

O que nos leva às diferenças claras entre regiões e países. António José Seguro apenas venceu na região da Ásia e Oceânia, com André Ventura a conseguir maiorias abaixo dos 60% na Europa (a região em que a sua vitória foi menos expressiva, ficando-se por 50,78% dos votos), África (54,73%) e América (59,7%). Mas, ao contrário do que se poderia pensar, o líder do Chega esteve longe de alcançar vitória em todos os países. Em África, por exemplo, Seguro venceu em todas as ex-colónias portuguesas (superando os 94% em Cabo Verde), mas Ventura alcançou 90,06% dos votos dos emigrantes que foram às urnas na África do Sul. Já na América, todos os países com mais tradição na emigração portuguesa deram a vitória a Ventura, que ficou à frente do socialista no Brasil, Canadá, EUA e Venezuela.

Na Europa, o grande bastião de André Ventura é a Suíça, onde o candidato alcançou 71,85% dos votos, a

par com a França (64,12%), Luxemburgo (52,29%) e o principado de Andorra (77,68%). Nos restantes 23 países em que houve mesas de voto, foi Seguro quem venceu, incluindo na Alemanha (66,5%, quando ainda falta apurar Berlim), Bélgica (73,68%), Espanha (79,82%), Países Baixos (83,83%) e Reino Unido (70,79%).

Dados que não surpreendem o especialista em geografia humana Jorge Malheiros, que tem estudado a participação política dos emigrantes portugueses. “Historicamente, vemos que no círculo fora da Europa, em países como o Brasil, os Estados Unidos, a Venezuela ou a África do Sul, a votação tem sido marcada por uma tendência de voto mais à direita do que quem reside em Portugal, porque uma parte desta emigração é de emigrantes mais velhos, com espírito de empresário ou de pequeno empreendedor, do Norte, mais conservador, com algumas pessoas que saíram na sequência do 25 de Abril e, no caso da África do Sul, ainda num contexto do lastro negativo da descolonização. Grande parte já não são as pessoas que saíram de Moçambique

ou Angola, mas os seus descendentes. Já a Europa segue mais o padrão da votação do próprio país. Por isso, não é surpreendente que, assistindo à subida do Chega em Portugal, o voto no partido também suba”, refere.

O sociólogo João Teixeira Lopes, da Universidade do Porto, também não tem muitas dúvidas sobre o porquê de Ventura ter mais votos junto dos emigrantes. “Um dos factores é a nossa emigração ser muito heterogénea e acabar por seguir algumas clivagens que também existem cá. Ou seja, os mais escolarizados votam Seguro, os países com maior peso de uma emigração menos qualificada preferem Ventura”, diz. Este factor é também destacado por Rui Pena Pires, que dirigiu o Observatório da Emigração e é investigador do Iscte. “Tirando o caso da Alemanha, Ventura ganha nos destinos mais tradicionais, como França, Luxemburgo ou Suíça, onde a emigração portuguesa continua a ser menos qualificada. A emigração portuguesa para França, por exemplo, no último ano para o qual temos dados, tinha 85%

de pessoas sem licenciatura. Seguro ganha nos novos países de emigração, onde a maioria dos portugueses que vão é mais qualificada, como o Reino Unido, em que 60% a 70% dos emigrantes portugueses tem uma licenciatura”, explica.

Influência das tendências

O segundo factor a que João Teixeira Lopes se refere é também partilhado por Jorge Malheiros e Rui Pena Pires. “André Ventura parece ganhar em países onde a extrema-direita está muito enraizada, como a França ou a Suíça, que tem um movimento anti-imigração fortíssimo”, diz este último. Teixeira Lopes chama-lhe “peculiaridades dos países de destino”. E explica: “Há casos da vitória de Ventura que não têm tanto que ver com a evolução dos fluxos migratórios, mas com peculiaridades dos países de destino. No Brasil, por exemplo, Ventura tem um fortíssimo apoio nos círculos bolsionários, de uma extrema-direita mais envolvida, que vota mais. O mesmo se pode dizer da África do Sul, onde a emigração portuguesa é mais conservadora”, diz. Ou em França, acrescentaria Pena Pires: “A Frente Nacional [de Marine Le Pen] de certeza que se mobilizou para que os portugueses votassem Ventura.”

Jorge Malheiros também se refere a este aspecto. “Vemos a força da extrema-direita a avançar numa série de países, ancorada num conjunto importante da sua população e que, por contágio, atinge os emigrantes portugueses que ali estão há mais tempo”, explica.

E isto, realça, é essencial para perceber o que parece um “paradoxo” – os emigrantes a votarem em quem tem um discurso anti-imigração: “Este discurso, assim como o da elite versus o ‘bom povo’, vai atingir os portugueses que estão há mais tempo nestes países, que já se sentem de lá também. França é, neste aspecto, paradigmática: somos os ‘bons’ imigrantes, estamos do lado certo, somos como os franceses.”

João Teixeira Lopes argumenta que a questão do género não pode ser descartada. “Na Suíça, a emigração é muito menos qualificada e mais masculina, o que também ajuda a perceber a tendência de voto, e que é a mesma que se segue em Portugal, em que 37% dos homens votam em Ventura e apenas 25% das mulheres o fazem.”

Pena Pires soma a isto aquilo a que chama “o voto irresponsável”. “[O sociólogo Max] Weber falava de ética com base nas convicções e na responsabilidade. O voto concilia as duas coisas, por isso é que há o voto útil, a que Weber chamava ética da responsabilidade. Este voto é forte quando as pessoas podem avaliar o efeito da sua decisão na sua vida. Quem vive fora vota mais na ética das convicções do que na responsabilidade, não tem travão”, conclui.

ID: 121491231

10-02-2026

Recordes

A vitória histórica de Seguro e o problema de comparar o incomparável

Liliana Borges

António José Seguro bateu recordes: nunca um Presidente eleito reuniu tantos votos em democracia. Mas o que é que isso significa, afinal? E, sobretudo, o que é que os números escondem quando parecem falar por si? Ontem, Seguro alcançou 3.482.481 votos, o correspondente a 66,82% dos votos apurados (20 freguesias ainda não votaram).

“Em número absoluto, não há dúvida de que nunca um eleito reuniu tantos votos”, nota João Cancela, professor auxiliar de Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mas este exercício esconde dois problemas.

Seguro ultrapassou o máximo de Mário Soares em 1991, superou todos os resultados de Marcelo Rebelo de Sousa e ficou acima de qualquer vitória de Ramalho Eanes, Jorge Sampaio ou Cavaco Silva.

O problema é que essa leitura ignora que “não há um critério limpo” para comparar eleições presidenciais ao longo do tempo. A razão é estrutural, prossegue João Cancela, em resposta ao PÚBLICO. “Comparar números absolutos ao longo do tempo mistura dois processos: o desempenho político e o crescimento do eleitorado”, explica o também investigador no IPRI-Nova. Embora o recorde de Seguro seja verdadeiro, não é um dado puro, uma vez que acontece “num contexto em que nunca houve tantos eleitores inscritos”.

Embora as percentagens ajudem a ponderar a questão dos números absolutos, elas também “não resolvem tudo, porque as eleições não são todas iguais”. Como sublinha o investigador, quase todas as presidenciais portuguesas se “decidiram à primeira volta e com vários candidatos” (o que fragmenta resultados e diminui a expressão de vitórias); outras foram disputadas “à primeira com basicamente dois candidatos fortes”; esta foi diferente, decidida “à segunda volta mas com dois candidatos com apoios assimétricos”. A única segunda volta anterior, lembra João Cancela, foi “muito mais equilibrada”.

Ainda assim, o investigador não desvaloriza a dimensão do resultado. “É só a segunda vez que um eleito tem dois terços dos votos”, assinala, colocando Seguro ao lado de Mário Soares em 1991. Mas volta a relativizar. “Em eleições prévias, isso era mais difícil de acontecer por se terem resolvido à primeira volta”, com a fragmenta-

Seguro é o Presidente com mais votos da democracia

	Ano	N.º de votos	%
António Ramalho Eanes	1976	2.967.137	61,59
António Ramalho Eanes	1980	3.262.520	56,44
Mário Soares	1986*	3.010.756	51,18
Mário Soares	1991	3.459.521	70,35
Jorge Sampaio	1996	3.035.056	53,91
Jorge Sampaio	2001	2.411.453	55,76
Aníbal Cavaco Silva	2006	2.746.689	50,59
Aníbal Cavaco Silva	2011	2.231.603	52,95
Marcelo Rebelo de Sousa	2016	2.411.925	52,00
Marcelo Rebelo de Sousa	2021	2.534.745	60,70
António José Seguro	2026	3.482.481	66,82

*Em 1986, foi considerada a votação da segunda volta.

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

PÚBLICO



Em 1991, Mário Soares foi reeleito Presidente com 70,35%

ção do voto entre vários candidatos a impedir concentrações tão elevadas de apoio.

É neste ponto que a comparação com os 2.534.745 votos em Marcelo Rebelo de Sousa em 2021 (60,7% dos votos) pode ser mais injusta. “É verdade que Marcelo nunca teve tantos votos; mas ele também não disputou uma segunda volta”, nota João Cancela. Pelo contrário, nas duas eleições presidenciais, Marcelo Rebelo de Sousa venceu sempre à primeira.

Por isso, “o sucesso à primeira mina as hipóteses de conseguir um resultado maior na segunda”, assinala o investigador. Em 2021, por exemplo, quando Marcelo Rebelo de Sousa se recandidatou e melhorou o resultado de 2016 (de 52% para 60,7%), os seis adversários de Marcelo somaram 1,6 milhões de votos – um valor muito próximo dos 1,7 milhões reunidos agora por André Ventura numa segunda volta polarizada.

Há, finalmente, um último elemento que atravessa silenciosamente toda a leitura dos números.

Só votam há 20 anos

“Só desde 2006 é que os residentes no estrangeiro podem votar nestas eleições”, lembra João Cancela. Além disto, em 2017, “o recenseamento automático no estrangeiro aumentou muito o número de inscritos, mas esses eleitores quase não participam”. Nas eleições presidenciais de 2016, antes da atualização dos cadernos eleitorais, existiam 301.463 eleitores recenseados no estrangeiro. Nas eleições presidenciais de 2021, este número já tinha disparado para 1.549.380 eleitores inscritos. O efeito é claro: “Isso distorce os denominadores de participação”, tornando os cadernos eleitorais maiores, os recortes mais acessíveis e as comparações históricas ainda mais frágeis.

No fim, o retrato é inevitavelmente mais complexo do que os números sugerem. Seguro bateu recordes – em votos absolutos e na concentração do apoio –, mas esses recordes não são apenas um reflexo do seu desempenho. Dizem tanto sobre o crescimento do eleitorado, as alterações no recenseamento, o peso estatístico dos emigrantes e o formato específico desta eleição como sobre a força do candidato vencedor.

Os números impressionam e fazem história. Mas aquilo que verdadeiramente significam só se revela quando são lidos com contexto, memória histórica e uma dose indispensável de prudência – como sublinha João Cancela, não há réguas perfeitas que permitam medir este resultado.

Seguro vence em Espanha, Alemanha e Rússia
André Ventura voltou a ganhar no círculo da emigração

Adriana Castro

André Ventura voltou a vencer entre os eleitores portugueses no estrangeiro na segunda volta das eleições presidenciais (51,88%), mantendo vantagem sobre António José Seguro (48,12%) – o vencedor no território nacional –, numa altura em que faltam apurar sete consulados de um total de 107. A abstenção mantém-se em níveis muito elevados, apesar de se ter registado um ligeiro aumento na participação face a 18 de Janeiro: apenas 4,74% dos eleitores votaram nesta segunda volta.

Os dados da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna apontam o também líder do Chega como tendo somado, no resultado global da votação no estrangeiro, mais 3057 votos do que o antigo secretário-geral do PS.

Seguro conseguiu ficar à frente no conjunto da Ásia e Oceânia, onde reuniu mais 815 votos (62,81%) do que Ventura (37,19%). Na primeira volta, foi Luís Marques Mendes a vencer nessa região.

Seguro venceu em todos os países nesse continente, à exceção de Israel – onde André Ventura venceu com 76,24% dos votos, contra 23,76% de Seguro.

No total da emigração, e à semelhança do que aconteceu em território nacional, os votos em branco aumentaram face à primeira volta, passando de 338 (0,46%) para 1007 (1,21%). Já os votos nulos registaram

uma ligeira descida, de 0,78% para 0,65%.

Na Europa, Ventura ficou à frente com 50,78% dos votos, contra 49,22% de Seguro. O antigo secretário-geral do PS venceu em Espanha (79,82%), Alemanha (66,5%) e também na Federação Russa (85,71%), onde na primeira volta tinha vencido Henrique Gouveia e Melo. Dos sete eleitores que foram votar nesse consulado, seis escolheram Seguro para Presidente da República e um escolheu Ventura.

O candidato apoiado pelo PS venceu na maioria dos países na Europa, mas onde o número de votantes é reduzido.

António José Seguro ficou à frente de Ventura na Bélgica (73,68%), República Checa (81,36%), Chipre (75%), Dinamarca (93,07%), Eslováquia (79,49%), Finlândia (92,9%), Grécia (73,53%), Hungria (63,27%), Irlanda (79,52%), Itália (86,45%), Noruega (77,41%), Países Baixos (83,83%), Polónia (78,23%), Reino Unido (70,79%), Roménia (88,46%), Sérvia (69,23%), Suécia (94,95%), Turquia (100% – onde votaram 11 pessoas e um voto foi nulo, ficando os dez restantes para Seguro) e Ucrânia (83,33%).

André Ventura venceu, porém, em alguns dos países com maiores comunidades portuguesas. Em França (16.064 votantes), venceu com 64,12%. Na Suíça, em que 17.355 pessoas foram votar, venceu com 71,85%. No Luxemburgo (foram votar 4975 eleitores), conseguiu 52,29% dos votos.

No continente americano, Ventura reuniu 59,7% dos votos, enquanto Seguro obteve 40,3%. O líder do Chega venceu na Argentina (56,02%), Brasil (58,73%), Canadá (66,63%), Estados Unidos (50,78%) e Venezuela (69,01%).

Seguro levou a melhor no Chile (54,35%), Colômbia (55,35%), Panamá (74,29%), Peru (75%) e Uruguai (73,68%).

No continente africano, Ventura venceu com 54,73% dos votos, superando Seguro por 357 votos. O candidato apoiado pelo Chega ganhou na África do Sul (90,06%), Namíbia (68,42%) e Zimbábue (86,96%).

Seguro ficou à frente em Angola (52,63%) – com mais cinco votos do que Ventura –, Cabo Verde (94,02%), Guiné-Bissau (87,5%), Marrocos (86,96%), Moçambique (56,81%), São Tomé e Príncipe (83,17%), Senegal (53,33%) e Tunísia (57,14%).



André Ventura venceu na emigração na 1.ª e na 2.ª volta

Governo está confiante na relação com o novo Presidente da República



Presidenciais António José Seguro foi recebido em Belém • A segunda volta em sete mapas • As primeiras medidas do novo Presidente • Ventura ganhou na emigração menos qualificada **Destaque, 2 a 10**